26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

REGIME DE INFORMAÇÃO: A (DES)ARTICULAÇÃO DOS ATORES EM BRUMADINHO

INFORMATION REGIME: *THE (DIS)COORDINATION OF ACTORS IN BRUMADINHO*

Adriane Maria Arantes de Carvalho – Universidade FUMEC e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Lúcia Helena Ciccarini Nunes – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A tragédia-crime decorrente do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão da Vale S.A., em 2019, em Brumadinho - Minas Gerais, ocasionou a morte de 272 pessoas e fortes impactos econômicos e socioambientais em 26 municípios da bacia do Rio Paraopeba. Em 2021, foi assinado o Acordo Judicial de Reparação Integral no valor de 37,7 bilhões de reais que pressupõe equilíbrio na articulação entre atores econômicos, sociais e governamentais. O artigo apresenta o recorte de uma pesquisa, desenvolvida no âmbito da PUC Minas, que tem como objetivo propor um modelo de referência para análise de parcerias potenciais em prol do desenvolvimento sustentável no território de Brumadinho. Neste trabalho o objetivo é investigar os artefatos informacionais e os diferentes níveis e formas de articulação dos atores locais na busca de uma resposta sustentável aos desdobramentos da tragédia-crime em Brumadinho sob a ótica do regime de informação. A pesquisa é exploratória e descritiva. Foram realizadas oito entrevistas com atores locais. Conclui-se que o território apresenta múltiplos atores numa relação assimétrica de poder e frágil frente aos processos decisórios de interesse coletivo. A consolidação da governança passa tanto pela relação entre as redes primária e secundária de informação quanto pelo fortalecimento dos níveis de articulação a fim de satisfazer a comunidade.

Palavras-chave: Regimes de informação; governança territorial; assimetria informacional; tragédia-crime.

Abstract: The criminal tragedy resulting from the collapse of Vale S.A.'s Córrego do Feijão Mine Dam in 2019 in Brumadinho, Minas Gerais, caused the deaths of 272 people and had severe economic and socio-environmental impacts on 26 municipalities in the Paraopeba River basin. In 2021, the Judicial Agreement for Full Redress was signed, amounting to 37.7 billion reais, which aims to ensure a balanced coordination among economic, social, and governmental actors. This research is related to study conducted at PUC Minas, which aims to propose a reference model for analyzing potential partnerships to promote sustainable development in the Brumadinho region.The objective of this article is to investigate informational artifacts and the different levels and forms of coordination among local actors

in the search for a sustainable response to the aftermath of the Brumadinho tragedy-crime from the perspective of the information regime. This is an exploratory and descriptive study. Eight interviews were conducted with local actors. It´s concluded that the territory features multiple actors in an asymmetrical power relationship that is fragile in the face of decision-making processes involving the collective interest. The consolidation of governance depends both on the relationship between primary and secondary information networks and on the strengthening coordination at various levels in order to meet the community's needs.

Keywords: Information regimes; territorial governance; information asymmetry; criminal tragedy.

1 INTRODUÇÃO

A tragédia-crime ocorrida com o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão da Vale S.A., em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho - Minas Gerais, ocasionou a morte de 272 pessoas e gerou impactos socioeconômicos e ambientais de imensa proporção em 26 municípios da bacia do Rio Paraopeba. Galvão (2023) aponta que em municípios minerários desastres não são meras fatalidades, mas sim manifestações de uma lógica estrutural de exploração, herdeira do colonialismo, que posiciona empresas mineradoras como protagonistas de um modelo extrativista que subordina territórios e populações aos interesses do capital internacional. Oliveira (2022) destaca a disputa de narrativas entre os atores envolvidos para designar o que ocorreu como "crime" ou "acidente" e para disputar a condução do processo de reparação. Assim, adota-se neste artigo o termo de "tragédia-crime" para descrever o rompimento da barragem, "acordo" para se referir ao Acordo Judicial de Reparação Integral e "Vale" para designar a empresa Vale S.A.

Diferentes processos judiciais têm ocorrido com o intuito de obter reparação ou penalização dos responsáveis. Algumas dificuldades têm se apresentado, tais como: a difícil articulação dos atores sociais no acompanhamento das ações de recuperação (Carvalho; Nunes, 2024); a atuação estatal que revelou conflitos de interesse e priorizou indenizações materiais, negligenciando saúde e bem-estar (Delbono, 2022); e algumas barreiras para a atuação das iniciativas que possuem um tom mais crítico ao modelo de mineração vigente (Oliveira, 2022).

Carvalho e Nunes (2024) apontam para a prevalência da opacidade informacional por parte das instituições envolvidas no fornecimento de informações consistentes. Essas dificuldades, somadas ao baixo nível de organicidade popular, entravam a discussão de um novo projeto de desenvolvimento sustentável para o município.

Neste quadro de negociações instáveis e de regulações assimétricas, e face à minero-dependência do município, a ausência de modelos de governança territorial efetivos (lacuna) prejudica o processo decisório e a ação dos diferentes atores na busca de uma nova ordem política. Atores vinculados a diferentes classes socioeconômicas e políticas possuem diferentes modos de criação, processamento, fluxo e uso da informação (Braman, 1989). Desse modo, o conceito de regime de informação fornece um arcabouço teórico para compreender como os atores socais locais têm interagido em Brumadinho e que práticas e recursos informacionais têm utilizado para interagir e defender seus interesses no cenário pós-tragédia-crime. Afinal, um regime de informação não se apresenta como algo estável, mas como um campo em disputa.

O artigo apresenta um recorte de uma pesquisa que tem como objetivo mais amplo propor um modelo de referência para análise de parcerias em prol do desenvolvimento sustentável em Brumadinho. Especificamente, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: os atores socais locais têm informação e capacidade de articulação para enfrentar os desafios impostos após a tragédia-crime a fim de garantir o acesso à cidadania e à justiça social e a busca de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o território?

Assim, tem-se como objetivo deste artigo mapear os artefatos informacionais e as diferentes formas de comunicação e articulação dos atores sociais locais na busca de uma resposta sustentável aos desdobramentos da tragédia-crime em Brumadinho sob a ótica do regime de informação.

Em fevereiro de 2021, o acordo pelos danos decorrentes do rompimento da barragem foi firmado entre o governo do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e Vale. O valor acordado foi de 37,7 bilhões de reais em investimentos. Este acordo deveria ser o elo perfeito de articulação entre os atores públicos e privados, pois prevê obrigações de fazer e de pagar da Vale, que visam à reparação integral dos danos socioeconômicos e ambientais causados (Oliveira, 2022). Mas, diferente do esperado, instaurou-se uma discussão acerca do escopo dessas ações e dos projetos de reparação. Uma vez que a maioria dos atores sociais locais foram excluídos ou tiveram a participação limitada nos espaços decisórios (Oliveira, 2022; Pereira *et al*., 2020; Ramos; Victral; Lima, 2023), torna-se vital compreender o modo de produção informacional desses atores na defesa de seus interesses e de suas perspectivas futuras.

Ao discutir a necessidade da definição de um regime de informação internacional do desenvolvimento sustentável, Viola (2024, p. 933) argumenta que “os regimes e os

comportamentos estão necessariamente interligados aos resultados. Não há comportamento que se estabeleça sem a formação de um regime". Portanto, quando se deseja que territórios sejam capazes de construir um sistema de governança que propicie a regeneração do território, o desenvolvimento sustentável, a cidadania e a justiça social, torna-se fundamental a compreensão do regime de informação que ali vigora e que se quer modificar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados o conceito de regime de informação aplicado ao desenvolvimento local e os elementos de uma governança territorial.

2.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

Ao desenvolver o conceito de regime global emergente de informação, Braman (2004) destaca a influência da Teoria do Regime. Krasner (1982), pesquisador da área de relações internacionais, define regime como um conjunto de princípios explícitos ou implícitos, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão que facilitam a convergência de expectativas de atores numa área específica. Ele utiliza uma metáfora de placas tectônicas para explicar o funcionamento de um regime. Uma das placas pode ser entendida como a distribuição do poder entre os estados; e a outra, os regimes com comportamentos e resultados relacionados. A pressão entre as placas varia ao longo do tempo, desenvolvendo uma dinâmica própria. Desta maneira, o conceito de regime não pode prescindir da sua relação com o poder.

Para Braman (2004), um regime engloba três elementos – o governo, a governança, e a governabilidade – numa teia de relações entre atores, e é operacionalizado por meio de múltiplas e diversas instituições, acordos e procedimentos. Seu equilíbrio dinâmico é condição de um sistema político que está sendo modelado no campo legal (Braman, 2004). Por sua vez, Frohmann (1995, p. 1). argumenta que um regime de informação é "qualquer sistema ou rede mais ou menos estável no qual as informações fluem através de determinados canais e produtores, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos". Nesta mesma direção González de Gómez conceitua regime de informação como:

> o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. (González de Gómez, 2003, p. 61)

Para ela, o conceito pode ser entendido como uma ferramenta para analisar as interações, práticas e recursos de uma pluralidade de atores que se situam em uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação e da vida cotidiana e que não se restringem ao Estado e às políticas públicas (González de Gómez, 2012). Segundo González de Gómez (1999), a informação opera como operador de relação entre as redes de informação primária e secundária. A *rede de informação primária* vincula-se aos processos acionais comunicativos sociais que compõem os processos de conhecimento e aprendizagem e possibilitam a construção de sujeitos coletivos. A *rede de informação secundária* (Bases e Bancos de Dados, Estatísticas e Indicadores, *sites* etc.) compõe parte das "redes de relações convencionais, contratuais, institucionais e organizacionais" (González de Gómez, 1999, p. 30).

Frente aos conceitos de redes de informação primária e secundária, Brasileiro e Freire (2013) atribuem ao processo de mediação um papel fundamental destas redes no contexto organizacional. Para os autores, a mediação implícita ocorre nas redes secundárias por meio dos artefatos de informação (*websites*, manuais, bancos de dados etc.). Por sua vez, a mediação explícita está associada às relações de comunicação nas redes primárias (reuniões, seminários, exposições e mídias sociais). Ao analisar o modelo, González de Gómez (2015) argumenta que ele delineia planos de análise fundamentais para a compreensão das questões contemporâneas de informação. Bezerra (2023) propõe que o conceito de regime de informação seja investigado a partir das particularidades da sua inserção no contexto da sociedade capitalista. Nesta pesquisa, assume-se que as redes de informação primária e secundária auxiliam na compreensão das relações existentes entre os atores locais do território – relações estas que ocorrem no contexto do modo de produção capitalista.

2.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL

Rua (1997) apresenta as principais categorias de atores institucionalizados, que são: atores públicos, atores privados, atores internacionais, transnacionalizados e mídia. Na categoria de atores privados pode-se incorporar os atores sociais, representados pelas organizações sociais do terceiro setor, a comunidade em geral, a academia, os órgãos de representação sindical, religiosos, entre outros (Nunes, 2017). Torres (2022) define a governança territorial como um processo de coordenação entre *stakeholders* ou atores de diferentes naturezas, com recursos assimétricos, que se articulam em torno das questões para a elaboração, ora concertada, ora conflituosa, de projetos comuns de desenvolvimento.

Entende-se que o desenvolvimento local não pode ser dissociado da condição de complexidade e, por isso, deve-se observar os mecanismos de interação entre os elementos da rede (Conti, 2005). Para o autor, as múltiplas configurações das redes políticas e sociais constituem as bases empíricas da governança. No contexto político territorial brasileiro, um ponto de partida para qualquer análise da capacidade institucional de um município ou região é a constatação de que existem múltiplos *lócus* de gestão, formalizados ou não (Nunes, 2017). Ao serem implementados, têm seus efeitos sentidos no território, sendo absorvidos pelos diferentes agentes políticos e sociais de forma assimétrica. Uma implicação direta é que as decisões tomadas alcançam os cidadãos, independentemente de participarem diretamente ou não destes processos de gestão (Nunes, 2017).

O território favorece a constituição de relações entre atores socialmente próximos e, o próprio sistema local é entendido como um ator coletivo. Oliveira (2022) identificou a ocorrência de uma mudança no ordenamento sociopolítico de grupos da sociedade civil no território após a tragédia-crime (Quadro 1). Silva e Teodósio (2023) denominaram "indústria de reparação" à confluência de novos atores externos dispostos a colaborar nos processos de reparação de danos e de desenvolvimento local.

Quadro 1 – Ordenamento sociopolítico em Brumadinho

Atores sociais	**Origem: Interno X Externo**	**Atuação: Consolidada x Nova**	**Caráter: permanente x temporário**
Vale e terceirizadas	Interno / externo	Consolidada	Temporário
Prefeitura	Interno	Consolidada	Permanente
Arquidiocese de BH e Cáritas	Interno	Consolidada	Permanente
MAM e MAB	Externo / interno	Nova	Permanente
Voluntários e ONGs	Externo	Nova	Temporário
Pesquisadores	Externo	Nova	Temporário / Permanente
Mídia comercial	Externo	Nova	Temporário
AEDAS	Externo	Nova	Temporário
Avabrum	Interno	Nova	Permanente
Comitê Gestor Pró-Brumadinho / Estado de MG	Interno / externo	Nova / Consolidada	Permanente / temporário
Fundação Getúlio Vargas	Externo	Nova	Temporário
Instituições de Justiça	Interno / externo	Consolidada	Permanente
Associações / Comissões de Atingidos	Interno	Nova / Consolidada	Permanente

Fonte: Oliveira (2022, p. 42)

A Vale foi apontada como a principal responsável pelo rompimento da barragem. O poder público, nas diferentes instâncias, teve um papel-chave na perpetuação das condições de risco por não garantir ações preventivas e de fiscalização eficazes, o que o posiciona como corresponsável pelo desastre (Mansano; Piga; Nogueira, 2022). Oliveira (2022) destaca que o acordo de reparação firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Vale revela as estratégias desse domínio transnacional na relação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Durante todo o trâmite do acordo, as negociações ocorreram sob sigilo judicial sem que os atingidos pudessem participar do processo de construção (Campos; Vaz; Oliveira, 2022; Oliveira, 2022). As comunidades locais e os grupos sociais mais vulneráveis e afetados - comunidades rurais, populações tradicionais, mulheres e idosos - foram sistematicamente ignorados antes do rompimento e continuaram sem voz nos processos de reparação (Pereira *et al*., 2020), mas emergem como atores fundamentais na resistência.

Segundo Ramos, Victral e Lima (2023), o Comitê Gestor Pró-Brumadinho, que tem como a missão articular e supervisionar a execução das medidas do acordo, não incluiu representantes da sociedade civil, evidenciando déficit na governança participativa. De acordo com Mansano, Piga e Nogueira (2022), a governança esteve marcada por conflitos de interesse, disputas políticas e judiciais, e sua fraqueza reflete a captura por interesses econômicos. No acordo, o Programa de Reparação Socioeconômica (Anexo I) contempla os projetos direcionados às demandas das comunidades atingidas. Todavia, ele não incorporou necessariamente as necessidades, os desejos e os interesses coletivos (Oliveira, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O percurso metodológico envolveu quatro etapas. Na primeira etapa ocorreu o mapeamento dos atores sociais locais, novos e consolidados. Optou-se por não compor a amostra com atores econômicos e governamentais. A seleção ocorreu por meio da técnica Bola de Neve (*snowball sampling*), segundo a qual cada participante indica novos participantes formando uma cadeia de referência (Vinuto, 2014). O informante-chave (Entrevistada 1) é presidente do Observatório Social de Brumadinho (OSBrumadinho). Sua escolha deu-se em função do papel-chave do observatório no acompanhamento das ações decorrentes da tragédia-crime. Os entrevistados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Entrevistados

Entrevistados	Atores sociais vinculados	Breve descrição do ator social
Entrevistada 1	Presidente do OS Brumadinho	Organização Não-Governamental que atua na fiscalização de recursos e licitações, análise e/ou melhoria de políticas, formação de cidadãos e organizações, fomento à participação cidadã, defesa de direitos, promoção da transparência e mobilização da sociedade.
	Membro do Instituto Fórum Permanente São Francisco	Organização comprometida com a defesa do meio ambiente e dos direitos civis de pessoas que vivem em áreas de mineração. Surgiu após a tragédia-crime.
	Membro do Movimento Águas e Serras de Casa Branca	Movimento local que luta pela preservação de nascentes e mananciais que abastecem a área rural de Brumadinho desde 2010
	Membro do Conselho Local e do Conselho Regional de Atingidos da Região I	Coletivos de representações criados para conduzir o item 1.1 do acordo dedicado aos projetos da comunidade e cujas decisões são da própria comunidade.
Entrevistada 2	Membro do Instituto Cabra	Desenvolve ações culturais e de acolhimento com a comunidade local.
Entrevistada 3	Membro do OS Brumadinho	Organização Não-Governamental que atua na fiscalização de recursos e licitações, análise e/ou melhoria de políticas, formação de cidadãos e organizações, fomento à participação cidadã, defesa de direitos, promoção da transparência e mobilização da sociedade.
	Membro do Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho distrito de Piedade do Paraopeba	Comunidade que sustenta a agricultura de subsistência e foi atingida pela tragédia-crime.
Entrevistada 4	Membro do conselho fiscal da Avabrum	Atua na defesa dos interesses das vítimas e de seus familiares buscando a responsabilização dos culpados, a preservação da memória e no reconhecimento de direitos. Criada em 2019.
	Ex-participante, como servidora pública, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA)	Órgão colegiado vinculado à Prefeitura de Brumadinho
Entrevistada 5	Anciã e mãe do cacique de uma comunidade indígena	Comunidade indígena que veio para o território após a tragédia-crime
	Gestor da Rádio Guará – A Voz de Brumadinho	Veículo de comunicação comunitária, com a produção de conteúdos culturais e ambientais

Entrevistado 6	Membro da Associação Regional Comunitária de Casa Branca	Instituição de articulação comunitária e de difusão e representação cultural.
	Membro de Redes Nacionais de Cultura e Audiovisual	Atuam na formulação de políticas culturais, difusão audiovisual e projetos de sustentabilidade
Entrevistada 7	Liderança comunitária da Comissão da Ponte das Almorreimas	Movimento comunitário local criado após a tragédia-crime, que atua na defesa dos moradores atingidos, denunciando violações de direitos e impactos ambientais e sociais.
	Participante do Coletivo dos Atingidos	Coletivo formado após a tragédia-crime com foco em acolhimento social, apoio emocional e defesa dos direitos dos atingidos. Possui escala regional.
Entrevistado 8	Membro do movimento social de base da Bacia do Paraopeba	Atua em pautas sociais de indígenas, comunidades periféricas, excluídos, pessoas com necessidades especiais e demais pessoas atingidas por barragens. Possui escala regional.
	Membro do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Atua na denúncia os descumprimentos da execução do acordo judicial e demais acordos do Estado de Minas Gerais.

Fonte: elaboração própria, 2026.

A segunda e a terceira etapas ocorreram em paralelo. Assim, na segunda etapa foi realizada a análise de documentos de natureza primária produzidos por diferentes atores, sendo os principais o Acordo Judicial de Reparação Integral e o Livro de Danos Coletivos - Região 1 da AEDAS. Na terceira etapa ocorreram as entrevistas semiestruturadas e duas visitas de campo, com aprovação prévia do Conselho de Ética em Pesquisa da PUC Minas. As oito entrevistas ocorreram entre outubro e dezembro de 2025. Seis entrevistas foram realizadas de forma *online*, por meio da plataforma *GoogleMeets*. As outras duas ocorreram por ocasião de uma visita de campo em outubro de 2025. A outra ocorreu em junho de 2025 para conhecer o Memorial Brumadinho. As entrevistas *online* foram gravadas e transcritas com a utilização da ferramenta de inteligência artificial embutida no próprio *GoogleMeets*. A tradução foi conferida e corrigida pelos autores. Na quarta etapa ocorreu a análise de conteúdo temática. O Quadro 3 apresenta as categorias e subcategorias analíticas utilizadas e os autores utilizados como referência para defini-las.

Quadro 3 – Categorias analíticas da articulação dos atores locais pós-tragédia-crime

Categoria	Subcategoria	Autores de referência
Rede de Informação Primária	Atores Locais Relacionamentos formais e informais (parcerias) Pertencimento ao território (articulação)	Brasileiro e Freire (2013) Carvalho e Nunes (2024) González de Gómez (1999, 2012) Krasner (1982)
Rede de informação Secundária	Meios de comunicação Sites e perfis em mídias sociais	
Governança	Processo: mecanismos de tomada de decisão, de controle social e de transparência Conflitos (de interesse, de papéis)	

Fonte: elaboração própria, 2026.

O processo de codificação não utilizou nenhum *software* específico e os dados foram tratados numa planilha eletrônica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados e discutidos os dados levantados durante a pesquisa.

4.1 REDE DE INFORMAÇÃO PRIMÁRIA

Os entrevistados são lideranças ou membros ativos da comunidade vinculados a atores sociais com diferentes perfis de atuação. Muitos tinham militância cultural, política ou ambiental anterior à tragédia-crime. Alguns são originários do município e outros provenientes de cidades próximas que vieram a fixar moradia no município. A entrevistada 5 é a única que passou a morar no município pós-tragédia-crime. Eles se mobilizam no território de diferentes maneiras (formais e informais) para garantir os direitos legais das comunidades atingidas e acompanhar o desdobramento da reparação judicial. Muitos entrevistados atuam junto a mais de um ator social. Oliveira (2022) comenta a sensação de sobretrabalho que muitas lideranças têm enfrentado e a Entrevistada 1 alerta para a sobreposição de esforços.

Essa múltipla atuação viabiliza as parcerias formais e informais. As parcerias informais são diversas e envolvem a realização de eventos em conjunto, a cessão de materiais e espaços (Entrevistados 2, 3 e 4). As parcerias formais ocorrem por meio de editais de projetos, muitos dos quais viabilizados pelo acordo.

As instâncias formais de Governo não convocaram a participação dos representantes dos movimentos existentes na definição dos termos do acordo, tendo sido autorizada a participação apenas na execução das ações previstas (Campos; Vaz; Oliveira, 2022; Oliveira, 2022). Segundo o Entrevistado 8, a população atingida tinha representantes com capacidade para atuar em conjunto com o governo na definição dos termos do acordo, o que não foi feito. Assim, esses movimentos foram se institucionalizando, como foi o caso da Avabrum, da Comissão da Ponte das Almorreimas e do Coletivo dos Atingidos, entre outros.

Em relação ao pertencimento, eles relataram a ocorrência de diversos movimentos, oriundos de ações isoladas ou coletivas, que somaram seus esforços. Mas também mostraram desconfiança em relação à "invasão" de pessoas "estrangeiras ao território" e sem ligação com ele, como pessoas oriundas de outras regiões do país (Entrevistada 4). Desconfiança semelhante foi observada por Issberner e Dias (2025) ao analisarem as dinâmicas informacionais de comunicadores populares, jornalistas de mídias locais independentes e lideranças de comunidades tradicionais que denunciam e desafiam o avanço do neoextrativismo no Pará (região amazônica)

A Entrevistada 4 desconfia da existência de falsos cadastros de moradores para obtenção de acesso aos recursos do acordo. Existem, contudo, outras motivações. É o caso da Entrevista 5, membro de uma comunidade indígena, que ocupa um terreno da Vale desde a ocorrência da tragédia-crime. Além disso,

> Depois do rompimento da barragem, surgiram inúmeros atores — instituições de pesquisa, universidades, organizações da sociedade civil, movimentos, fundações... Todo mundo querendo contribuir. Mas também havia muitos interesses distintos. Nem sempre as intenções eram claras (Entrevistada 1).

A Entrevistada 1 ressalta a diferença entre a atuação das universidades que ouviram a comunidade e aquelas contratadas para a mesma finalidade, mas que alteraram o contrato para atuar como braço dos órgãos de controle. A Entrevistada 3 citou a cooptação de membros da comunidade, ativos na cobrança e fiscalização, para exercerem funções de natureza pública.

A troca de informação e conhecimentos nas reuniões, encontros e parcerias exemplifica formas de exercício de uma mediação explícita dos entrevistados na tentativa de traduzir as informações e o contexto para as comunidades atingidas e de orientar as ações. Mas esta forma de resistência esbarra de frente no poder descomunal da Vale no município. Além disso, na medida em que o Estado e suas "instituições construíram o acordo, elas o defenderão e atuarão para que ele seja executado, conforme planejado, ainda que as comunidades atingidas

discordem de algumas medidas previstas" (Oliveira, 2022, p. 124). Se é a rede de informação primária que irá configurar os processos de conhecimento e aprendizagem e contribuir para a construção de sujeitos coletivos (González de Gómez, 1999), torna-se crucial que os atores sociais presentes no território se organizem para ter força suficiente para fazer a disputa política acerca de um novo modelo de desenvolvimento que supere a minero-dependência.

4.2 REDE DE INFORMAÇÃO SECUNDÁRIA

No território, diferentes categorias de atores sociais mobilizam e acessam múltiplos equipamentos, recursos e fontes de informação para se manterem informados e acompanharem o andamento da execução do acordo, mas também para produzirem conteúdo a ser compartilhado nas comunidades atingidas. Foram apontados como fontes institucionais os *sites* da Câmara Municipal, da Prefeitura, do Governo e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Fundação Getúlio Vargas[1], da AEDAS e da Cáritas (Entrevistadas 1 e 3).

Outras fontes são artigos, matérias e dados coletados pelos atores e pelas universidades e órgãos técnicos, percebidos como essenciais na produção de conhecimento (Entrevistadas 1 e 2). Todos destacam o *Whatsapp* como principal meio de comunicação, fato também observado por Carvalho e Nunes (2024). Além disso, os conteúdos produzidos são divulgados tanto em meios de comunicação locais (jornais, rádio, carros de som, faixas de rua) quanto em mídias sociais, como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook* (Entrevistados 2, 4 e 6).

A região amazônica pesquisada por Issberner e Dias (2025) apresenta algumas similaridades com Brumadinho, pelo fato de serem territórios submetidos a uma lógica de exploração e de subordinação aos interesses do capital, nos quais a busca por visibilidade dos conflitos e a disputa de narrativas têm sido estratégias de resistência adotadas. Segundo Teixeira e Sebastião (2023), as empresas mineradoras adotam estratégias de comunicação centradas na autoproteção reputacional, priorizando a minimização dos danos à sua imagem institucional em vez de assumir efetivamente suas responsabilidades perante os atingidos. Ainda assim os atores sociais locais tentam se contrapor à narrativa hegemônica da Vale. A Rádio Guará é um veículo de comunicação comunitário que ampliou seu foco de questões culturais para a promoção de debates e divulgação de notícias ambientais:

> Eu tenho um amigo que é um super jornalista... Ele falou: 'Pô, esse canal tem que ser o do meio ambiente [...] mas não temos um canal do meio ambiente que tenha essa

[1] Credenciada para dar informações de resultados sobre o acordo

> interlocução.” [...] Você tem um espaço, onde fica um repositório dessas informações, dessas análises. Isso está ali. [...] Então, tem esse material que está disponível [...] pode ser melhor aproveitado e continuar a ser produzido (Entrevistado 6).

A dificuldade em acompanhar os resultados do acordo gera uma assimetria informacional entre os diversos atores. A concentração de informações estratégicas nos atores econômicos e governamentais é um desrespeito ao direito à informação definido pelas leis aplicáveis à mineração e a danos ambientais (Portal Diálogos, 2024). Além disso, a prestação de contas não é transparente e a sua tradução para o público é um desafio (Entrevistadas 1, 3 e 4). O uso de termos técnicos e jurídicos evidencia uma opacidade informacional, prejudica a tomada de decisões e a fiscalização e aponta para a necessidade de utilização de uma linguagem simples, mais acessível (Portal Diálogos, 2024; Carvalho; Nunes, 2024). O Portal Diálogos, criado e mantido pelo OS Brumadinho, disponibiliza o painel “De olho no Orçamento” com informações dos orçamentos de 2019 a 2023, com perguntas-chave e respostas simples (Portal Diálogos, 2024). Em 2025, ele foi uma importante fonte de disseminação dos termos do acordo e da aplicação dos seus recursos (Entrevistadas 1 e 3).

Ressalta-se a produção de vídeos, filmes e documentários como uma forma de registro dos fatos (Entrevistadas 4 e 7) e de denúncia sobre o descumprimento do acordo. Issberner e Dias (2025) relatam que o uso de plataformas digitais pelos ativistas e comunicadores estudados cumpre um duplo papel: tanto facilita a comunicação e a disseminação de denúncias, quanto expõe os próprios ativistas. Situação semelhante ocorre em Brumadinho. Os atores sociais também fazem uso das mídias sociais para uma divulgação ampla dos fatos. Mas a perseguição também se apresenta no território. Uma das entrevistadas relata ter requerido medidas protetivas.

4.3 GOVERNANÇA TERRITORIAL

A assimetria de poder entre os diferentes atores demonstra uma governança fraca no nível local (Cunha; Becheler; França, 2020). Para Oliveira (2022), apesar de haver divergências entre os atores quanto à maneira de realizar o processo de reparação, é a estratégia corporativa da mineradora transnacional, inserida na ordem econômica neoliberal, que tem condicionado e definido este processo. Esta mesma lógica capitalista dificulta a busca de um novo modelo de desenvolvimento que não passe pela mineração.

Para Alves (2023, p. 58), a governança pós-desastre faz parte de um necropoder, no qual a reparação é usada como estratégia de controle social em que “as empresas constroem

dispositivos de gestão da barbárie que buscam neutralizar as resistências locais e manter sua hegemonia". Por exemplo, o Memorial Brumadinho retrata a dor sentida pela perda das 272 vidas ou "jóias". Mas, até no processo da sua construção, prevista no acordo, a Vale tentou assumir o controle, o que fez com que a Avabrum lutasse para garantir que a narrativa fosse a dos atingidos e não a da empresa responsável pela tragédia-crime (Entrevistada 4).

Nota-se uma cisão na comunidade dos atingidos, entre aqueles que sonham com uma alternativa para além da mineração, e aqueles que se interessam apenas pelo recebimento dos valores previstos no acordo. Há aqueles que defendem uma reparação integral, enquanto outros questionam o pertencimento de alguns atingidos (Entrevistada 3).

A ideia de um desenvolvimento sustentável ainda parece distante nos municípios com minero-dependência. A "vocação mineradora" é muito forte na identidade territorial mineira e influencia a forma como a sociedade interpreta as tragédias-crime (Cunha; Bechler; França, 2020). Algumas sugestões para o desenvolvimento sustentável citadas pelos entrevistados incluem a criação de redes e articulação entre atores locais, a promoção de encontros regulares para o diálogo, e a troca de experiências e planejamento de ações conjuntas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de mapear os artefatos informacionais e as diferentes formas de comunicação e articulação dos atores locais foi atingido. Em relação aos atores sociais, observa-se que eles se encontram territorialmente dispersos, com níveis distintas de organização, atuando junto a diferentes grupos de atingidos e com interesses conflitantes. Os artefatos informacionais empregados e mais utilizados são majoritariamente informais. O uso de linguagem técnica ou jurídica dificulta a interpretação das informações relativas ao acordo e a interlocução entre eles. Consequentemente, a participação no processo decisório é fragilizada e o exercício da cidadania e a defesa dos direitos são afetados.

Apesar de haver um forte movimento de resistência e de sobrevivência no município, observa-se uma desarticulação dos atores sociais locais. A articulação pode ser compreendida como a capacidade de diferentes atores, individuais ou coletivos, institucionais ou não estatais, de estabelecer relações de interação, cooperação, representação e negociação em torno de interesses comuns, produzindo formas de atuação conjunta e de inserção nos processos decisórios (Nunes, 2017). Em sentido inverso, de acordo com a autora, a desarticulação corresponde ao enfraquecimento ou à fragmentação dessas relações e interesses comuns,

reduzindo a capacidade de construírem posições coletivas. Em Brumadinho, o esforço de articulação apresenta-se constantemente ameaçado, seja pelas dificuldades encontradas, seja pelas ações movidas para desarticulá-las. Esse desequilíbrio retrata um movimento pendular entre a articulação e a desarticulação, uma (des)articulação.

Finalmente, assume-se que o regime de informação, enquanto um modo de produção informacional, é operacionalizado por um sistema de pressões, associando-o às metáforas das placas tectônicas de Krasner (1982). No caso de Brumadinho, a mineradora pode ser considerada como o componente mais forte da placa tectônica que trata da distribuição de poder. Ao fazer com que os seus interesses prevaleçam junto ao Estado e à comunidade atingida, ela impacta a configuração do regime de informação vigente (outra placa). Desta maneira controla o contexto no qual uma (re)configuração dos atores e de um novo modelo de governança possam ser pensados.

Finalmente o que é preciso para liberar a pressão provocada pela pressão das placas tectônicas? A resposta passa pela consolidação da governança e seu equilíbrio dinâmico. Ela exige que uma comunicação efetiva ocorra entre as redes primária e secundária de informação. Diante da incapacidade absoluta de se obter consenso em uma situação desta natureza é imperativo identificar lideranças fortes que possam aderir às demandas comunitárias e transformar o (des)equilíbrio das forças vigentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elizeu Barroso. A banalização do mal na Gestão: o caso da minério-dependência da Vale S/A em Brumadinho/MG. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade,** Pará, v. 12, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.17648/aos.v12i2.2845. Acesso em: 04 abr. 2025.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação: reconstrução epistemológica de um conceito. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENANCIB, 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1080. Acesso em: 10 set. 2026.

BRAMAN, Sandra. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, [*s.l.*], v. 13, n. 3, p. 233-242, 1989. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0308-5961(89)90006-2. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de Documentación**, Espanha, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63525682001. Acesso em 10 mar. 2025.

CAMPOS, Bárbara Lissa; VAZ, Maria Figueiredo; OLIVEIRA, Rachel Cecília. Quando o tempo dura uma tonelada: memórias de um desastre. **Palíndromo**, Santa Catarina, v. 14, n. 34, p. 162–187, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5965/2175234614342022162. Acesso em: 20 ago. 2025.

CARVALHO, Adriane Maria Arantes; NUNES, Lúcia Helena Ciccarini. Regime de informação e crime ambiental em território de mineração: o caso de Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. *In:* ENCONTRO EDICIC, 24, 2024, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Edições Colibri, 2024. p. 1225-1232. Disponível em: https://doi.org/10.51427/10451/64777. Acesso em 01 fev. 2025.

CONTI, Sergio. Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. *In:* DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 209-252.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho; BECHLER, Rosiane Ribeiro; FRANÇA, Cyntia Simioni. Publicização e sentidos das narrativas históricas na (in)formação de sensibilidades sobre as tragédias-crimes de Minas Gerais. **Transversos**, Rio de Janeiro, v. 18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.12957/transversos.2020.49766. Acesso em 20 abr. 2025.

DELBONO, Benedita de Fátima. Gestão, sustentabilidade e meio ambiente: breves considerações sobre a gestão dos efeitos de desastres industriais em Mariana e Brumadinho. **Revista de Tecnologia e Gestão Sustentável**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-20, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.17271/rtgs.v1i2.3159. Acesso em: 20 maio 2025.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. Electronic proceedings. Edmonton: CAIS/ACSI, 1995. 14 p. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/998729337/Frohmann-1995-Taking-Information-Policy-Beyond-Information-Science-Applying-the-Actor-Network-Theory Acesso em: 20 maio 2025.

GALVÃO, Daniel de Faria. Superexploração, acidentalidade e terceirização nos desastres da mineração. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 800-826, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57853. Acesso em: 17 jul. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/41753. Acesso em 15 jun. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.

32, n. 1, p. 60-76, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v32i1.1020. Acesso em 5 fev. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: a construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em 15 jun. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e regimes de informação: perspectivas. *In*: GARCIA, Joana Coeli R.; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 321-351. Versão prévia. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312523932_POLITICAS_E_REGIMES_DE_INFORMACAO_PERSPECTIVAS. Acesso em 15 jun. 2025.

ISSBERNER, Liz-Rejane; DIAS, Julia Santos Rodrigues. Dinâmicas informacionais na resistência amazônica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro*:* ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1810. Acesso em: 07 set. 2026.

KRASNER, Stephen D. Regimes and the limits of realism: regimes as autonomous variables. **International Organization**, Massachusetts, v. 36, n. 2, p. 497-510, Spring 1982. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2706531 Acesso em: 10 fev. 2025.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; PIGA, Talita Ravagnã; NOGUEIRA, Eduardo de Faria. Crise ambiental e sociedade de risco: um estudo sobre Mariana e Brumadinho na perspectiva de Ulrich Beck. **Organizações e Sustentabilidade,** Paraíba, v. 9, n. 1, p. 56–74, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2318-9223.2021v9n1p56-74 Acesso em 20 mar. 2026.

NUNES, Lúcia Helena Ciccarini. **Gestão metropolitana e atores não estatais**. 2017. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC Minas, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5438050 Acesso em: 20 mar. 2026.

OLIVEIRA, Marina Paula. **O preço de um crime socioambiental**: os bastidores do processo de reparação do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

PEREIRA, Dulce Maria; GUIMARÃES, Hellen Oscarina Ramos; FREITAS, Suzy Magaly Cabral; MÂNGIA, André Alckmin Magalhães. Brumadinho: muito mais que um desastre tecnológico. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 332-355, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2316-770X.2020.21649. Acesso em: 15 mar. 2025.

PORTAL DIÁLOGOS. **Território e organizações da sociedade civil.** 2024. Disponível em: https://portaldialogos.org.br/territorio-e-organizacoes-da-sociedade-civil/

RAMOS, Alisson Martins; VICTRAL, Davi Madureira; LIMA, Sonaly Cristina Rezende Borges. Participação e controle social em saneamento no contexto da reparação de danos dos desastres em Mariana e Brumadinho Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202314pt Acesso em 10 fev. 2026.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Manuscrito elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/Analisepoliticaspublicas.pdf. Acesso em 20 jun. 2025.

SILVA, Pedro Henrique Moreira da Silva; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Gestão da morte a partir do epistemicídio nos territórios atingidos por desastres. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS, 5, 2023, **Anais [...].** Belo Horizonte: ANEPECP, 2023. p. 1-13. Disponível em: https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/249. Acesso em: 10 jun.2025.

TEIXEIRA, Clésio Admar; SEBASTIÃO, Sônia Pedro. A percepção das comunidades locais sobre a comunicação das empresas mineradoras em situações de crise e pós-crise: os casos de Mariana e Brumadinho, no Brasil. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, v. 29, n. 2, p. 369–381, 2023. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5209/esmp.87187. Acesso em 5 jun. 2025.

TORRES, André. Elementos de governança territorial. *In:* PIRES, Elson Luciano Ssilva. (org.). **Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais**: uma análise crítica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 29-32.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de nove na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 12 maio 2025.

VIOLA, Carla Maria Martellote. Regime de informação internacional do desenvolvimento sustentável: um conceito em construção com vista à Agenda 2030. *In:* ENCONTRO EDICIC, 24, 2024, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Universidade de Lisboa, Edições Colibri, 2024. p. 931-938. Disponível em: https://doi.org/10.51427/10451/64777. Acesso em 01 fev. 2025.

AGRADECIMENTOS OU FINANCIAMENTO

Agradecemos ao Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas pelo apoio institucional e aos entrevistados por compartilhar a sua dor, sua história e seus anseios.